Relatório e Contas

by vectormais

2020

ÍNDICE

Mensagem da Administração 3

Organograma 4

Relatório de Gestão 5

1. Enquadramento macroeconómico 5
2. Desempenho de Atividade 7
3. Análise da performance económico-financeira 7
4. Capital Humano 8
5. Perspetivas para 2020 8
6. Conclusões e Propostas 8

Demonstrações Financeiras 9

Anexo às Demonstrações Financeiras 13

Certificação Legal de Contas 28

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Tudo o que possamos adjetivar sobre o ano de 2020 poderá parecer irrelevante face à impar situação vivida, e que continuamos a viver, a nível mundial resultado da pandemia provocada pelo COVID-19. Foi um ano em que aconteceu o "inimaginável" e em que o dia-a-dia da generalidade das pessoas foi drasticamente afetado.

Não obstante, e fazendo uma retrospetiva de todo o ano anterior, a **Vector Mais** foi uma "privilegiada" uma vez que apresentou um forte crescimento nos seus resultados, em que muito contribui a conquista de projetos de elevada dimensão, o que nos orgulha pois espelha a elevada confiança dos nossos clientes na empresa. Em 2020, em plena pandemia, a **Vector Mais** foi o parceiro escolhido, entre outros, da AUCHAN, NESTLE, HOTEL RITZ, CONVATEC e SYNOPSYS.

Fundada no ano 2000, a **Vector Mais** desenvolve projetos de conceção e construção de espaços interiores, apresentando soluções globais para escritórios, hotéis e retalho. Sendo uma referência nacional no sector da construção, arquitetura e design de interiores, a **Vector Mais** tem vindo todos os anos a construir alguns dos projetos mais emblemáticos em Portugal.

A terminar, com o apoio dos nossos *stakeholders*, a qualidade da equipa de gestão, o empenhamento e resiliência dos colaboradores e seguramente o reconhecimento dos nossos clientes, acreditamos que em 2021 continuaremos a cimentar a nossa senda de crescimento, afirmando e consolidando cada vez mais o nosso projeto a nível interno.

A Administração

ORGANOGRAMA

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e das disposições estatutárias da Sociedade, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, as Contas e a Proposta de Aplicação de Resultados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

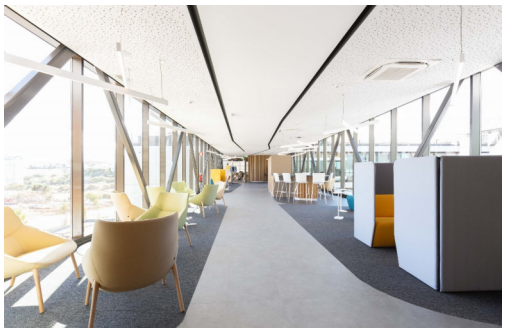
1. Enquadramento macroeconómico

Enquadramento Interno

A pandemia Covid-19 afetou profundamente a atividade económica em 2020, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB na primeira metade do ano.

As projeções apresentadas assumem que as restrições serão gradualmente retiradas a partir do primeiro trimestre de 2021, embora a atividade fique condicionada até ao início de 2022, altura em que uma solução médica eficaz estará plenamente implementada. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Neste enquadramento, o PIB teve uma quebra de 7,6% em 2020, projetando-se um crescimento de 3,9% em 2021, 4,5% em 2022 e 2,4% em 2023. A atividade retoma o nível pré-pandemia no final de 2022. A recuperação da atividade traduz-se numa melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano.



No primeiro semestre de 2020, a atividade diminuiu 17,3%, em termos acumulados, face ao final de 2019. O segundo semestre, após o gradual levantamento das medidas de contenção, assistiu-se a uma recuperação rápida e acentuada da atividade com um crescimento do PIB de 13,3% face ao trimestre anterior. Esta recuperação, superior à antecipada, beneficiou da realização de despesa adiada durante o período de confinamento e da recuperação da generalidade das atividades produtivas.

A trajetória de recuperação foi invertida no quarto trimestre com a implementação de novas medidas de contenção em Portugal e nos principais parceiros comerciais, com uma queda da atividade no quarto trimestre de 1,8% face ao trimestre anterior. A pandemia tem um impacto assimétrico na atividade económica, sendo mais negativo nos setores mais afetados pelas medidas de distanciamento social. Esta heterogeneidade é também visível quando se comparam empresas com dinâmicas de crescimento distintas antes da pandemia.

A inflação apresenta um aumento gradual e contido ao longo do horizonte de projeção, atingindo 1,1% em 2023, num quadro de prevalência de subutilização dos recursos produtivos e de manutenção das expetativas de inflação em níveis baixos.

Em 2020, a economia portuguesa apresenta necessidades líquidas de financiamento face ao exterior. Tomando como referência as projeções mais recentes do Eurosistema, a economia portuguesa cresce acima da área do euro no período 2022-23, o que traduz uma retoma do processo gradual de convergência real. Neste período as exportações portuguesas deverão crescer acima das da área do euro.

As perspetivas para a economia portuguesa estão rodeadas de uma incerteza elevada associada à evolução da pandemia e à implementação no curto prazo de uma solução médica eficaz em larga escala. A resposta dos agentes económicos às medidas de proteção da saúde pública e o impacto das medidas de apoio também acarretam incertezas.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento Externo

Após a queda de 9,4% no primeiro semestre de 2020 face ao final de 2019, a atividade económica, mundial recuperou durante os meses de verão. No terceiro trimestre, o PIB mundial cresceu acima do esperado (7,3% em cadeia). O ressurgimento do número de casos de COVID-19, em particular nas economias avançadas, conduziu à reintrodução de medidas de contenção, condicionando a atividade nos setores mais afetados e a confiança dos agentes económicos.

Este exercício de projeção assume que as medidas de contenção serão mantidas ou restauradas até ao fim do primeiro trimestre de 2021 e aliviadas de forma gradual posteriormente. Não obstante esta evolução, enquanto não existir uma solução médica plenamente implementada – no início de 2022 – o vírus continuará a condicionar o comportamento dos agentes económicos e a atividade.

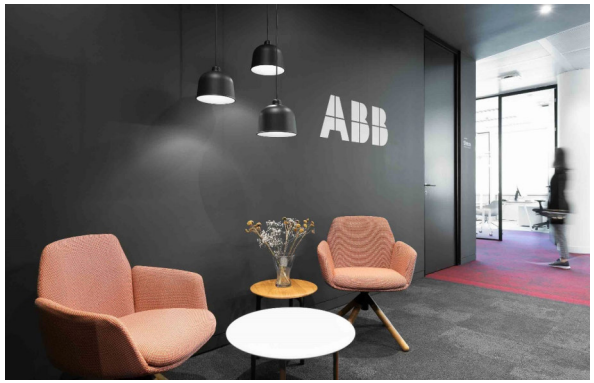
As hipóteses para o enquadramento externo da projeção traduzem uma recuperação gradual da economia mundial. Após uma queda de 3,5% em 2020, o PIB mundial cresce 5,6% em 2021 e 3,7% em média nos dois anos seguintes (Quadro I.2.1). Na área do euro, a atividade económica cai 7,3% em 2020 e aumenta 3,9% em 2021 e cerca de 3%, em média, em 2022-23.

O comércio mundial diminui 9,5% em 2020 e cresce 7,1% em 2021 e 4,0 % em média nos dois anos seguintes. A recuperação do comércio deverá ser condicionada pelos fluxos internacionais de turismo e de transportes, e por uma reorganização das cadeias de produção globais.

A economia portuguesa em 2022-23

A economia portuguesa caiu 7,6% em 2020. Após uma queda de 17,3% no primeiro semestre, face ao final de 2019, a economia recuperou de forma rápida no terceiro trimestre (crescimento de 13,3% em cadeia). No entanto, o surgimento de uma segunda vaga determinou a inversão da trajetória de recuperação. Neste quadro, projeta-se uma queda em cadeia da atividade no quarto trimestre de 1,8%.

A queda da atividade em 2020 reflete a redução da procura interna e das exportações, destacando-se o contributo muito negativo das exportações de serviços (-4,8 pp), em particular dos serviços relacionados com o turismo.



Para o período 2021-23 antecipa-se uma recuperação da economia portuguesa, enquadrada pelo controlo gradual da pandemia, pela diminuição da incerteza e pelo apoio das medidas de política económica. Em 2021 o PIB cresce 3,9%, seguindo-se um crescimento de 4,5% em 2022 e de 2,4% em 2023. A projeção para 2021 foi revista em baixa face ao Boletim Económico de junho, refletindo o impacto negativo da evolução da pandemia no quarto trimestre de 2020, que se assume perdurar no primeiro trimestre de 2021. Com a diminuição das medidas de contenção em Portugal e nos principais parceiros comerciais, a atividade acelera nos trimestres subsequentes. A recuperação do PIB será gradual e diferenciada entre setores, sendo mais lenta em atividades ligadas ao turismo, cultura e entretenimento.

A redução do PIB em 2020 excede largamente as quedas registadas no passado, projetando-se que a recuperação seja mais rápida do que a observada na sequência da recessão de 2011-13. A recuperação projetada beneficia do impacto das decisões de política monetária e orçamental de resposta à crise.

RELATÓRIO DE GESTÃO

2. Desempenho de Atividade

O ano de 2020 foi, a vários níveis, um ano de constantes desafios e implementação de medidas por forma a minimizar o impacto da pandemia provocada pela COVID-19. Foi um ano exigente, duro, absorvente e desafiante. Mas foi também um ano recompensador, pois a **Vector Mais**, apesar de todas as adversidades, conseguiu ultrapassá-las e obter um resultado final extremamente positivo.

Pese embora os números alcançados tenham ficado abaixo do projetado para 2020, mas tendo em conta toda a conjuntura ocorrida durante o ano, a **Vector Mais** registou um volume de negócios de € 27,6 milhões e um EBITDA de € 2,6 milhões.

Em plena crise pandémica, a **Vector Mais** conquistou em 2020 um conjunto de projetos de grande relevância, onde se destacas claramente, pela sua dimensão e complexidade, as obras da NESTLÉ, AUCHAN e HOTEL RITZ, que, no seu conjunto, representaram um volume de negócios de € 15 milhões.

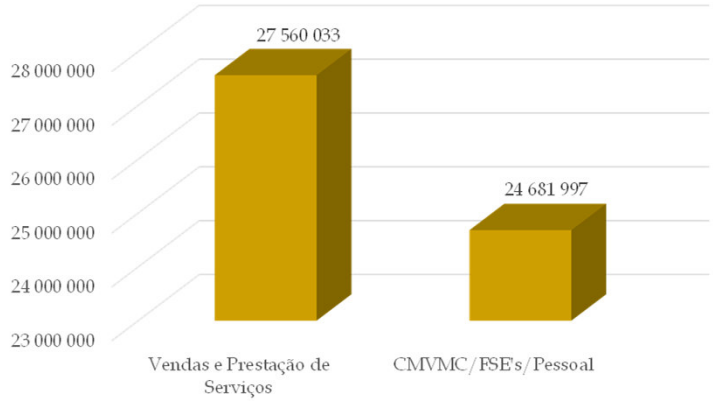
De referir que a **Vector Mais** apresentou, ao nível de Recursos Humanos, uma realidade muito recompensadora, pois apesar das várias circunstância adversas, adotou uma política de privilegiar os postos de trabalho, tendo inclusive aumentado o número de colaboradores.

Como valores fundamentais, a **Vector Mais** regista ao longo de todo o seu processo:

- Compromisso e Integridade;
- Satisfação dos clientes;
- Segurança e Qualidade;
- Valorização e Partilha;
- Rigor e Disciplina.

3. Análise da performance económico-financeira

Em 2020 a **Vector Mais** registou um volume de negócios de € 27,6 milhões, um EBITDA de € 2,6 milhões e um resultado líquido de € 1,9 milhões.



Relativamente aos custos operacionais, no valor total de € 24,6 milhões, constata-se que a rubrica de custos com maior peso foi os Fornecimentos e Serviços Externos, representando 76,7%, seguido dos CMVMC representando 15,5%. A rúbrica Custos com o Pessoal representou apenas 7,8% do total dos custos operacionais.

Resumindo, os resultados apurados em 2019 foram:

- ***Resultados Operacionais*** → **€ 2,6 milhões**
- ***Resultados Financeiros*** → **€ -20 mil;**
- ***Resultados Líquidos*** → **€ 1,9 milhões.**

Mais uma vez, e à semelhança dos anos anteriores, 2020 revestiu-se para a **Vector Mais** como um ano de rigor ao nível da gestão, originando que a estrutura de ativos se mantivesse fortemente equilibrada. O total do Ativo foi de € 14,4 milhões, da qual se destaca o Ativo Corrente, nomeadamente as rubricas Clientes (€ 6 milhões) e Caixa e Depósitos Bancários (€ 3,1 milhões).

Relativamente ao Passivo, as rubricas com maior expressão foram Fornecedores, com € 7,1 milhões, e Outras Dívidas a Pagar, com € 1,9 milhões.

RELATÓRIO DE GESTÃO

4. Capital Humano

No que se refere à evolução dos efetivos, a **Vector Mais** terminou o ano de 2020 com 46 colaboradores, divididos pelas seguintes áreas da empresa:

- Administração 2
- Departamento Produção 38
- Departamento Comercial 4
- Departamento Arquitetura 2

De salientar que a vertente administrativa e financeira da **Vector Mais** é assegurada pela Higher SGPS, em regime de "*shared service*", havendo um contrato entre ambas as empresas a assegurar estes serviços.

5. Perspetivas para 2021

Face ao momento que continuamos a atravessar, resultado da pandemia provocada pelo COVID-19, e ainda sem sabermos quando terminará esta situação e permitirá voltarmos à "vida normal", qualquer perspetiva que se faça para 2021 não fará sentido face à incerteza que está presente em todos os agentes económico-sociais.

Não obstante, e pese embora a **Vector Mais** esteja permanentemente atenta às evoluções do mercado, é com enorme satisfação que nos primeiros dois meses de 2021 já nos foram adjudicados um conjunto de projetos que totalizam cerca de € 17 milhões, o que nos deixa otimistas e crentes num ano positivo quer ao nível da rentabilidade, quer ao nível dos recursos humanos.

De referir ainda que a **Vector Mais** elaborou e ativou um plano de contingência e tomou as medidas necessárias, para a mitigação dos riscos associados à COVID-19.

6. Conclusões e Propostas

No exercício de 2019 a **Vector Mais - Projectos e Obras de Interiores, S.A.** apresentou um resultado positivo de *€ 1.909.548,07*.

O conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

Distribuição dividendos *€ 1.909.548,07*

Nos termos da Lei, cumpre o conselho de Administração declarar que:

a) Para além dos factos acima referidos, e dos que, em maior detalhe, constam do Relatório que acompanha as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2020, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;

b) Nos termos do artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, não existem dívidas em mora à segurança social;

c) Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para as atividades da empresa.

Nota Final

Às Empresas e Entidades que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Empresa.

A todos os trabalhadores que contribuíram para o desempenho da empresa, com o seu profissionalismo e dedicação, a Administração deseja expressar o seu agradecimento.

Algés, 13 de abril de 2021

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	67 678,81	50 457,98
Ativos intangíveis	7	427,72	4 636,06
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	8	10 007,51	30 985,88
Outros investimentos financeiros	10	32 121,51	29 571,86
Clientes	12	2 063 530,20	2 254 012,72
Total do ativo não corrente		**2 173 765,75**	**2 369 664,50**
Ativo corrente			
Inventários	11		17 829,96
Clientes	12	6 022 200,68	2 419 976,66
Estado e outros entes públicos	13	145 515,15	138 660,97
Outros créditos a receber	14	2 875 471,36	3 220 468,16
Diferimentos	15	134 680,95	82 706,27
Caixa e depósitos bancários	4	3 095 055,89	986 553,24
Total do ativo corrente		**12 272 924,03**	**6 866 195,26**
Total do ativo		**14 446 689,78**	**9 235 859,76**

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Capital subscrito	16	200 000,00	200 000,00
Reservas legais	16	40 000,00	40 000,00
Resultados transitados	16		30 000,00
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	16	10 849,32	10 590,12
Resultados líquido do período		1 909 548,07	1 096 420,10
Total do capital próprio		**2 160 397,39**	**1 377 010,22**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	17	1 219 734,67	12 725,33
Total do passivo não corrente		**1 219 734,67**	**12 725,33**
Passivo corrente			
Fornecedores	18	7 102 275,35	4 038 064,64
Adiantamentos de clientes	19	243 324,67	116 284,54
Estado e outros entes públicos	13	431 683,92	36 213,36
Financiamentos obtidos	17	303 147,71	8 301,78
Outras dividas a pagar	20	1 912 501,74	3 524 892,82
Diferimentos	15	1 073 624,33	122 367,07
Total do passivo corrente		**11 066 557,72**	**7 846 124,21**
Total do passivo		**12 286 292,39**	**7 858 849,54**
Total do capital próprio e do passivo		**14 446 689,78**	**9 235 859,76**

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Vendas e serviços prestados	21	27 560 033,34	28 814 495,82
Subsídios à exploração		13 686,69	
Ganhos/perdas imputados de subsid., assoc. e emp. conjuntos	8	(5 188,37)	15 547,55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(3 831 515,23)	(4 838 730,43)
Fornecimentos e serviços externos	23	(18 938 603,41)	(20 874 712,30)
Gastos com o pessoal	24	(1 911 878,01)	(1 622 503,57)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	25	(53 681,08)	
Outros rendimentos	26	50 978,31	147 984,21
Outros gastos	27	(235 820,92)	(91 871,15)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**2 648 011,32**	**1 550 210,13**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(41 586,08)	(34 668,95)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**2 606 425,24**	**1 515 541,18**
Juros e gastos similares suportados	28	(20 055,27)	(4 960,74)
Resultado antes de impostos		**2 586 369,97**	**1 510 580,44**
Imposto sobre o rendimento do período	9	(676 821,90)	(414 160,34)
Resultado líquido do período		**1 909 548,07**	**1 096 420,10**

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
A 31 de Dezembro de 2018	**200 000,00**	**40 000,00**		**9 503,69**	**2 331 153,42**	**2 580 657,11**
Alterações no período						
Alterações de políticas contabilísticas						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			2 330 066,99	1 086,43	(2 331 153,42)	
			2 330 066,99	**1 086,43**	**(2 331 153,42)**	
Resultado líquido do período					1 096 420,10	1 096 420,10
Resultado integral			**2 330 066,99**	**1 086,43**	**(1 234 733,32)**	**1 096 420,10**
Operações com detentores de capital no exercício						
Distribuições			(2 300 066,99)			(2 300 066,99)
Outras operações						
			(2 300 066,99)			**(2 300 066,99)**
A 31 de Dezembro de 2019	**200 000,00**	**40 000,00**	**30 000,00**	**10 590,12**	**1 096 420,10**	**1 377 010,22**
Alterações no período						
Alterações de políticas contabilísticas						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			1 096 160,90	259,20	(1 096 420,10)	
			1 096 160,90	**259,20**	**(1 096 420,10)**	
Resultado líquido do período					1 909 548,07	1 909 548,07
Resultado integral			**1 096 160,90**	**259,20**	**813 127,97**	**1 909 548,07**
Operações com detentores de capital no exercício						
Distribuições			(1 126 160,90)			(1 126 160,90)
Outras operações						
			(1 126 160,90)			**(1 126 160,90)**
A 31 de Dezembro de 2020	**200 000,00**	**40 000,00**		**10 849,32**	**1 909 548,07**	**2 160 397,39**

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	25 577 548,08	33 366 862,68
Pagamentos a fornecedores	(22 345 545,02)	(29 256 137,67)
Pagamentos ao pessoal	(1 351 856,51)	(1 165 107,87)
Fluxos gerados pelas operações	**1 880 146,55**	**2 945 617,14**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(313 461,02)	(518 346,47)
Outros recebimentos/pagamentos	213 301,53	69 905,63
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**1 779 987,06**	**2 497 176,30**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(45 502,28)	(11 361,44)
Ativos intangíveis		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	6 000,00	
Investimentos financeiros		25 953,08
Juros e rendimentos similares	589,19	1 261,79
Dividendos	15 790,00	30 000,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento	**(23 123,09)**	**45 853,43**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1 500 000,00	1 900 000,00
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(8 641,81)	(2 064 954,10)
Juros e gastos similares	(13 558,61)	(4 932,53)
Dividendos	(1 126 160,90)	(2 300 066,99)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	**351 638,68**	**(2 469 953,62)**
Variação de caixa e seus equivalentes	2 108 502,65	73 076,11
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	986 553,24	913 477,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**3 095 055,89**	**986 553,24**

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras em anexo

O Contabilista Certificado

A Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

NOTA 1

Introdução e identificação

A **Vector Mais - Projectos e Obras de interiores, S.A.** é uma sociedade anónima com sede no Edifício Torre Monsanto, Rua Afonso Praça, nº 30, 12º piso, 1495-061 Algés, Portugal, com o número de identificação coletiva 504 796 089 tendo sido constituída em janeiro de 2000. A sua atividade principal é a realização de projetos e execução de obras de interiores, consultadoria nas áreas de arquitetura, decoração, comercialização, importação, exportação e representação de equipamentos e materiais de construção.

A **Vector Mais** é detida em 100% pela Empresa HIGHER SGPS, S.A.

As notas explicativas a seguir apresentadas respeitam às demonstrações financeiras individuais.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2021. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

NOTA 2

Referencial contabilístico na preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas, que lhes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os quais são designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº98/2015 de 2 de junho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº8254/2015); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº220/2015), o Código de Contas (Portaria nº218/2015) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 8256/2015) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 8258/2015).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2019.

NOTA 3

Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Sociedade. Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados na preparação das demonstrações financeiras são os seguintes:

(l) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e perdas de imparidade, e só são reconhecidos na medida em que sejam identificáveis, seja provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para Empresa e desde que o seu valor possa ser medido com fiabilidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Encontra-se registado nesta rubrica software e outras licenças, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

(II) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e; (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Conforme permitido pela NCRF 3, a 1 de janeiro de 2009, a **Vector Mais** utilizou para todos os ativos fixos tangíveis o custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, registadas em POC a 31 de dezembro de 2008.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto do respetivo exercício.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

(III) Locações

A **Vector Mais** classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os pagamentos de locação ao abrigo de contratos de locação operacional são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base numa base de linha reta durante o período de locação.

(IV) Investimentos em subsidiárias e associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a **Vector Mais** tenha influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas, mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Considerou-se a existência de influência significativa quando a **Vector Mais** a detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

As entidades que se qualificam como associadas são as seguintes:

			2020	2019
Entidade Associada	Sede	Atividade Principal	% de Capital detido	
Vector Mais Real Estate, Lda	Rua Afonso Praça, nº 30, Oeiras	Gestão e Promoção Imobiliária	30,00%	30,00%
Making Place, Lda	Rua Afonso Praça, nº 30, Oeiras	Equipamentos e Serviços de Interiores	5,00%	5,00%

Apesar da **Vector Mais** não possuir mais 20% do poder de voto da entidade Making Place, existe influência significativa, tendo a entidade sido classificada como associada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na aquisição dos investimentos em associadas, qualquer diferença positiva entre o custo de aquisição e a parte do a **Vector Mais** no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada é contabilizada de acordo com a NCRF 14 e incluída na quantia escriturada do investimento. Caso aquele diferencial seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

As associadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos em associadas são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição e as quantias escrituradas são ajustadas de acordo com as alterações de resultados e outras variações dos capitais próprios das investidas, após a data de aquisição.

As partes da Sociedade nos resultados das investidas são reconhecidas nos resultados do exercício. As distribuições recebidas das investidas reduzem as quantias escrituradas dos investimentos.

As alterações nos interesses proporcionais da **Vector Mais** nas investidas, resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados, são reconhecidas diretamente no capital próprio.

Contudo, os investimentos em associadas classificados como detidos para venda, de acordo com a NCRF 8, foram contabilizados nos termos dessa norma.

Quando a parte da **Vector Mais** nas perdas acumuladas de uma associada igualar ou exceder o seu interesse na investida, o investimento é escriturado por um valor nulo. Depois do interesse ser reduzido a zero, é reconhecido um passivo se a **Vector Mais** tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas. Se posteriormente a associada relatar lucros, a **Vector Mais** reconhece a sua parte quando a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

(V) Ativos e passivos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados (i) ao custo ou custo amortizado.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos ativos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade."

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, empréstimos concedidos, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo, sendo a taxa de juro efetiva a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo ou custo amortizado são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão

Os ativos financeiros mensurados pelo custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. A perda por imparidade dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Em relação aos ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de

capital próprio (mensurados ao custo).

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica de Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) no período em que são determinadas.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

"São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Outros créditos a receber

Os créditos a receber são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade dos créditos a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que o crédito a receber está numa situação de imparidade.

(VI) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem compreende as contas em entidades bancárias. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

(VII) Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

(VIII) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. O montante das provisões

é revisto na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a **Vector Mais** é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

(IX) Passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

(X) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda diferente da moeda funcional da Empresa são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Os itens denominados em moeda estrangeira: (i) se itens monetários são atualizados às taxas de câmbio dessa data; (ii) se itens não monetários registados ao justo valor são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados e (iii) se itens não monetários monetários registados ao custo histórico não são atualizados.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

(XI) Impostos sobre rendimentos

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias."

Os Impostos Correntes e Diferidos são reconhecidos como um rendimento ou como um gasto e incluídos no resultado líquido do período, exceto quando o imposto provenha de uma transação ou acontecimento que seja reconhecido, no mesmo ou num diferente período, diretamente no capital próprio, caso em que o respetivo imposto é diretamente debitado ou creditado ao Capital Próprio.

(XII) Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

(XIII) Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a

quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

(XIV) Prestação de serviços

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados."

(XV) Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando: (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e (ii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases: (i) os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo; (ii) os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e (iii) os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Empresa (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

(XVI) Custos com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva. Os custos de financiamentos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

(XVII) Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática internacional do sector, para situações idênticas, apontar para um benchmark diferente.

b) Imparidade de dívidas a receber

Para a análise da recuperabilidade das dívidas a receber é tida em conta a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

c) Reconhecimento de provisões e ajustamentos

Existem processos judiciais e fiscais em curso para os quais, com base na opinião dos

seus advogados, a Empresa efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

(XVIII) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

NOTA 4

Fluxos de caixa

A composição do caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 analisa-se como se segue:

	2020	2019
Numerário	4 258,13	4 228,02
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 685 797,76	205 325,22
Depósitos a prazo mobilizáveis	1 405 000,00	777 000,00
Total	**3 095 055,89**	**986 553,24**

NOTA 5

Partes relacionadas

Conforme referido na Nota 1, o capital da **Vector Mais** é totalmente detido pela Higher SGPS, S.A. que é a sociedade-mãe do Grupo Higher.

5.1. Saldos com outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos com as empresas do Grupo Higher eram como se segue:

	2020				2019			
	Empresa-mãe	Associadas	Partes relacionadas	Total	Empresa-mãe	Associadas	Partes relacionadas	Total
Contas a receber		(1 495,53)	4 054 813,59	4 053 318,06		1 555,61	4 246 019,95	4 247 575,56
Contas a pagar	(39 649,00)		(64 306,69)	(103 955,69)	(88 560,00)		(97 013,85)	(185 573,85)
Suprimentos		42 000,00		42 000,00		42 000,00		42 000,00
	(39 649,00)	**40 504,47**	**3 990 506,90**	**3 991 362,37**	(88 560,00)	**43 555,61**	**4 149 006,10**	**4 104 001,71**

Durante os exercícios de 2020 e 2019, as transações efetuadas com entidades relacionadas foram como se segue:

	2020				2019			
	Empresa-mãe	Associadas	Partes relacionadas	Total	Empresa-mãe	Associadas	Partes relacionadas	Total
Vendas e serviços prestados		16 664,41	4 062,87	20 727,28		59 764,63		59 764,63
Custos e serviços obtidos	(493 028,00)		(3 262 864,65)	(3 755 892,65)	(507 556,00)		(2 725 127,72)	(3 232 683,72)
	(493 028,00)	**16 664,41**	**(3 258 801,78)**	**(3 735 165,37)**	(507 556,00)	**59 764,63**	**(2 725 127,72)**	**(3 172 919,09)**

NOTA 6

Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

		Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Custo de aquisição				
Saldo em	01-01-2020	190 637,02	282 465,71	473 102,73
Aquisições		40 206,47	6 936,00	47 142,47
Alienações		(18 808,00)		(18 808,00)
Saldo em	31-12-2020	**212 035,49**	**289 401,71**	**501 437,20**
Depreciações acumuladas				
Saldo em	01-01-2020	170 157,58	252 487,17	422 644,75
Reforços		17 750,46	12 171,18	29 921,64
Alienações		(18 808,00)		(18 808,00)
Saldo em	31-12-2020	**169 100,04**	**264 658,35**	**433 758,39**
Ativo Líquido:	01-01-2020	20 479,44	29 978,54	50 457,98
Ativo Líquido:	31-12-2020	**42 935,45**	**24 743,36**	**67 678,81**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

		Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Custo de aquisição				
Saldo em	01-01-2019	190 637,02	289 514,20	480 151,22
Aquisições			5 852,00	5 852,00
Abates			(12 900,49)	(12 900,49)
Saldo em	31-12-2019	**190 637,02**	**282 465,71**	473 102,73
Depreciações acumuladas				
Saldo em	01-01-2019	156 179,26	255 015,34	411 194,60
Reforços		13 978,32	10 372,32	24 350,64
Alienações			(12 900,49)	(12 900,49)
Saldo em	31-12-2019	**170 157,58**	**252 487,17**	422 644,75
Ativo Líquido: S	01-01-2019	34 457,76	34 498,86	68 956,62
Ativo Líquido: S	31-12-2019	**20 479,44**	**29 978,54**	50 457,98

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo
Vida útil em anos	4	3 a 8

No período findo em 31 de dezembro de 2020, o valor de aquisição dos ativos tangíveis detidos pela Sociedade no âmbito de contratos de locação financeira ascendia a 46.303 euros, sendo a respetiva quantia escriturada, nessa data, de 22.085 euros, conforme quadro seguinte:

			2020
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento de transporte	46 303,47	(24 218,02)	22 085,45
	46 303,47	**(24 218,02)**	22 085,45

NOTA 7

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são depreciados de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Software
Vida útil em anos	3

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos intangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

		Programas de computador
Custo de aquisição		
Saldo em	01-01-2020	34 704,24
Aquisições		7 456,10
Regularizações		(20 277,63)
Saldo em	31-12-2020	**21 882,71**
Depreciações acumuladas		
Saldo em	01-01-2020	30 068,18
Reforços		11 664,44
Regularizações		(20 277,63)
Saldo em	31-12-2020	**21 454,99**
Ativo Líquido: Saldo em	01-01-2020	4 636,06
Ativo Líquido: Saldo em	31-12-2020	**427,72**

		Programas de computador
Custo de aquisição		
Saldo em	01-01-2019	29 194,80
Aquisições		5 509,44
Regularizações		
Saldo em	31-12-2019	**34 704,24**
Depreciações acumuladas		
Saldo em	01-01-2019	19 749,87
Reforços		10 318,31
Regularizações		
Saldo em	31-12-2019	**30 068,18**
Ativo Líquido: Saldo em	01-01-2019	9 444,93
Ativo Líquido: Saldo em	31-12-2019	**4 636,06**

NOTA 8

Participações financeiras

A empresa aplicou o método da equivalência patrimonial de acordo com NCRF 13 e o disposto nos parágrafos 42 a 50. No quadro seguinte é apresentada informação resumida das participações financeiras registadas pelo método de equivalência patrimonial:

	Sede	Ano	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% de particip.	Valor de balanço	Proporção no resultado
Partes de capital em associadas										
Vector Mais Real Estate, Lda	Oeiras	2020	131 729,41	73 394,32	58 335,09		(1 636,90)	30,00%		
Making Place, Lda	Oeiras	2020	3 523 140,01	2 895 896,53	200 160,17	450 656,53	(103 767,42)	5,00%	10 007,51	(5 188,37)
			3 654 869,42	**2 969 290,85**	**258 495,26**	**450 656,53**	**(105 404,32)**		**10 007,51**	**(5 188,37)**
Vector Mais Real Estate, Lda	Oeiras	2019	131 729,41	71 757,42	59 971,99		(1 700,19)	30,00%		(501,65)
Making Place, Lda	Oeiras	2019	3 618 451,71	2 998 734,12	619 717,59	2 197 985,95	320 983,94	5,00%	30 985,88	16 049,20
			3 750 181,12	**3 070 491,54**	**679 689,58**	**2 197 985,95**	**319 283,75**		**30 985,88**	**15 547,55**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A variação da rubrica participações financeiras - método de equivalência patrimonial nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi como se segue:

	2020	2019
Saldo inicial	**30 985,88**	45 438,33
Movimentos de equivalência patrimonial	(5 188,37)	15 547,55
Lucros recebidos	(15 790,00)	(30 000,00)
Saldo final	**10 007,51**	30 985,88

NOTA 9

Imposto sobre o rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa normal de 21% em 2020, acrescido de 1,4% de derrama, resultando uma taxa de imposto agregada de 22,4%. Em 2019, a taxa normal de IRC era idêntica. Adicionalmente é aplicada a derrama estadual que corresponde a uma taxa de 3% para o lucro tributável que exceda 1,5 milhões de euros. As derramas são aplicadas à matéria coletável antes da dedução de prejuízos fiscais.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 tem a seguinte composição:

	2020	2019
Imposto corrente	676 821,90	414 160,34
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	**676 821,90**	414 160,34

O pagamento dos impostos sobre os lucros é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da **Vector Mais** dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerão liquidações adicionais que tenham um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 relaciona-se com o lucro contabilístico desses exercícios da seguinte forma (reconciliação entre o gasto de impostos e o produto do lucro contabilístico pelas taxas de imposto aplicáveis):

	2020	2019
Resultado líquido do período	**1 909 548,07**	1 096 420,10
Gasto (rendimento) com impostos sobre o rendimento	426 651,42	244 998,10
Gasto com impostos sobre o rendimento decorrente da tributação autónoma	36 672,00	41 089,44
Gasto com impostos sobre o rendimento decorrente da derrama estadual	36 041,33	4 449,32
Diferenças permanentes:		
Imposto sobre o Rendimento (corrente e diferido)	155 930,52	97 626,08
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	9 018,43	
Outros	12 508,20	25 997,40
Gasto (rendimento) com imposto corrente	676 821,90	414 160,34
Gasto (rendimento) com imposto diferido		
Gasto (rendimento) com impostos sobre o rendimento	676 821,90	414 160,34
Resultado Antes Impostos	**2 586 369,97**	1 510 580,44
Taxa efectiva IRC	**26,17%**	27,42%

NOTA 10

Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica outros investimentos financeiros decompõe-se da seguinte forma:

	2020			2019		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Suprimentos						
Vector Mais Real Estate, Lda	18 000,00		18 000,00	18 000,00		18 000,00
Fundos						
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	14 121,51		14 121,51	11 571,86		11 571,86
	32 121,51		**32 121,51**	**29 571,86**		**29 571,86**

NOTA 11

Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os inventários decompõe-se da seguinte forma:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2020			2019		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Mercadorias				17 829,96		17 829,96
				17 829,96		17 829,96

Não foram consignadas existências como garantia do cumprimento de obrigações contratuais.

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 ascendem a 3.831 e 4.839 milhares de euros, respetivamente, e foi apurado como se segue:

	2020			2019		
	Mercadorias	Matérias primas, sub. e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, sub. e de consumo	Total
Saldo inicial de inventários	17 829,96		17 829,96	8 078,92		8 078,92
Compras	566 296,41	3 247 388,86	3 813 685,27	1 022 269,39	3 826 212,08	4 848 481,47
Saldo final de inventários				17 829,96		17 829,96
Custo merd. vendidas e mat. consumidas	**584 126,37**	**3 247 388,86**	**3 831 515,23**	1 012 518,35	3 826 212,08	4 838 730,43

NOTA 12

Clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

	2020			2019		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes não correntes	**2 063 530,20**		**2 063 530,20**	2 254 012,72		2 254 012,72
Outros mercados	**2 063 530,20**		**2 063 530,20**	2 254 012,72		2 254 012,72
Outras emp. relacionadas	2 063 530,20		2 063 530,20	2 254 012,72		2 254 012,72
Clientes correntes	**6 022 200,68**		**6 022 200,68**	2 419 976,66		2 419 976,66
Mercado Nacional	**5 206 947,29**		**5 206 947,29**	1 604 889,63		1 604 889,63
Gerais	4 606 947,29		4 606 947,29	1 002 548,82		1 002 548,82
Outras emp. relacionadas	600 000,00		600 000,00	602 340,81		602 340,81
Outros mercados	**815 253,39**		**815 253,39**	815 087,03		815 087,03
Outras emp. relacionadas	815 253,39		815 253,39	815 087,03		815 087,03
Clientes cobrança duvidosa	**74 144,60**	**(74 144,60)**		20 463,52	(20 463,52)	
Total	**8 159 875,48**	**(74 144,60)**	**8 085 730,88**	4 694 452,90	(20 463,52)	4 673 989,38

Entre as empresas Making Place (Angola) e Vector Mais, ambas pertencentes ao Grupo Higher, foi celebrado no exercício de 2015 um contrato de alteração do prazo de dívida relativa ao conjunto das faturas emitidas por esta última até à data de 31 de dezembro de 2014. No contrato, ficou acordado que o montante global em dívida que em 2015 ascendia a 5,2 milhões de euros, deixaria de ter uma data específica de vencimento, pelo que passariam as mesmas a estar relevadas nas contas como dívida a receber não corrente.

Durante o exercício de 2020 e relativamente à divida não corrente, a mesma foi reduzida em cerca de 192 mil euros pela atualização cambial a 31 de dezembro.

NOTA 13

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades eram os seguintes:

	Saldos devedores		Saldos credores	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas		60 084,47	321 986,46	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares			54 405,03	12 971,50
Imposto sobre o valor acrescentado	145 515,15	78 576,50		
Contribuições para a Segurança Social			54 796,01	22 855,21
Outros impostos			496,42	386,65
Total	**145 515,15**	138 660,97	**431 683,92**	36 213,36

NOTA 14

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a decomposição da rubrica de outros créditos a receber é como se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2020			2019		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Devedores por acréscimos de rendimentos	**2 228 242,76**		**2 228 242,76**	2 584 962,91		2 584 962,91
Aplicação grau de acabamento obras em curso	2 228 242,76		2 228 242,76	2 584 747,91		2 584 747,91
Bens e serviços a faturar				215,00		215,00
Adiantamentos a fornecedores	**11 413,06**		**11 413,06**	7 593,03		7 593,03
Pessoal	**8 800,00**		**8 800,00**	6 300,00		6 300,00
Acionistas / sócios	**42 000,00**		**42 000,00**	42 000,00		42 000,00
Empréstimos concedidos a empresas associadas	42 000,00		42 000,00	42 000,00		42 000,00
Outros devedores	**585 015,54**		**585 015,54**	579 612,22		579 612,22
Gerais	3 503,54		3 503,54	3 178,97		3 178,97
Empresa mãe						
Outras empresas relacionadas	581 512,00		581 512,00	576 433,25		576 433,25
Total	**2 875 471,36**		**2 875 471,36**	3 220 468,16		3 220 468,16

NOTA 15

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

	2020	2019
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Aplicação do grau de acabamento das obras em curso	30 310,29	4 537,13
Seguros	74 780,29	49 415,65
Rendas	16 487,29	16 439,35
Outros gastos a reconhecer	13 103,08	12 314,14
	134 680,95	82 706,27
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Aplicação do grau de acabamento das obras em curso	1 045 878,80	81 402,34
Faturação antecipada mobiliário	27 745,53	40 964,73
	1 073 624,33	122 367,07

NOTA 16

Capital, reservas e outras rubricas do capital próprio

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital próprio detalha-se como se segue:

	2019	Aplicação de resultados	Recebimento de lucros	Distribuição de dividendos	Resultado do exercício	2020
Capital	200 000,00					200 000,00
Reservas legais	40 000,00					40 000,00
Resultados transitados	30 000,00	1 080 370,90	15 790,00	(1 126 160,90)		
Ajustamentos em ativos financeiros	10 590,12	16 049,20	(15 790,00)			10 849,32
Resultado líquido do período	1 096 420,10	(1 096 420,10)			1 909 548,07	1 909 548,07
	1 377 010,22			(1 126 160,90)	1 909 548,07	2 160 397,39

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social da **Vector Mais** é composto por 160 000 ações com o valor nominal de 1,25 euros, com a seguinte composição::

	2020			2019		
	Valor nominal	Nº de acções	Valor do capital	Valor nominal	Nº de acções	Valor do capital
Higher SGPS, S.A.	1,25	160 000	200 000,00	1,25	160 000	200 000,00
Total		**160 000**	**200 000,00**		160 000	200 000,00

Pela legislação comercial em vigor, a reserva legal terá de ser reforçada em cada exercício, pelo mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas poderá ser utilizada na absorção de prejuízos caso esgotadas as outras reservas ou poderá ser incorporada no capital.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros inclui os movimentos nos capitais próprios das associadas, na sequência da aplicação do método da equivalência patrimonial. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

Valor em 31-12-2018	9 503,69
Lucros não atribuídos	31 086,43
Lucros atribuídos	(30 000,00)
Valor em 31-12-2019	10 590,12
Lucros não atribuídos	16 049,20
Lucros atribuídos	(15 790,00)
Valor em 31-12-2020	**10 849,32**

NOTA 17

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 as rubricas de financiamentos obtidos analisam-se como se segue:

	2020		2019	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários de médio e longo prazo	291 666,69	1 208 333,31		
Locações financeiras	11 481,02	11 401,36	8 301,78	12 725,33
Total	**303 147,71**	**1 219 734,67**	8 301,78	12 725,33

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a maturidade dos financiamentos não correntes é a seguinte:

	2020	2019
Entre 2 a 3 anos	1 010 370,56	12 725,33
Superior a 3 anos	209 364,11	
	1 219 734,67	12 725,33

As dívidas de locações financeiras correspondem à dívida pela aquisição de bens de transporte no âmbito de contratos de locação financeira, cujos ativos se encontram registados na rubrica de ativos fixos tangíveis (nota 6).

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a dívida relativa a locações financeiras incluídas nas rubricas de financiamentos era a seguinte:

	2020	2019
Não correntes	11 401,36	12 725,33
Correntes	11 481,02	8 301,78
	22 882,38	21 027,11
Valor das rendas		
a menos de 1 ano	11 745,96	8 646,48
a mais de 1 ano e a menos de 3 anos	10 478,53	12 928,14
a mais de 3 anos	1 033,16	
	23 257,65	21 574,62
Encargos financeiros	**(375,27)**	(547,51)
Valor do capital em dívida com locações	**22 882,38**	21 027,11

NOTA 18

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de fornecedores decompõe-se como se segue:

	2020	2019
Fornecedores conta corrente		
Mercado Nacional	**6 976 424,95**	3 929 014,22
Gerais	6 867 469,26	3 743 440,37
Empresa-mãe	44 649,00	88 560,00
Outras empresas relacionadas	64 306,69	97 013,85
Outros mercados	**125 850,40**	109 050,42
Gerais	125 850,40	109 050,42
Total	**7 102 275,35**	4 038 064,64

NOTA 19

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os adiantamentos de clientes decompõe-se como se segue:

	2020	2019
Clientes gerais		
Mercado Nacional	128 035,20	995,07
Outros mercados	115 289,47	115 289,47
Total	**243 324,67**	116 284,54

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 20

Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a decomposição da rubrica de outras dívidas a pagar é como se segue:

	2020	2019
Credores por acréscimos de gastos	**1 631 579,64**	3 241 717,96
Aplicação do grau de acabamento das obras em curso	1 490 982,53	3 113 928,92
Remunerações a liquidar	134 829,43	127 789,04
Juros a liquidar	1 430,00	
Outros acréscimos de gastos	4 337,68	
Outros credores	**280 010,62**	283 174,86
Gerais	280 010,62	283 174,86
Pessoal	**911,48**	
Total	**1 912 501,74**	3 524 892,82

NOTA 21

Vendas e prestação de serviços

As Vendas e prestações de serviços dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 distribuem-se da seguinte forma:

	2020			2019		
	Mercado Interno	Mercado externo	Total	Mercado Interno	Mercado externo	Total
Vendas de mercadorias	**909 005,25**		**909 005,25**	1 422 568,46	51 093,47	1 473 661,93
Partes relacionadas	15 672,81		15 672,81	59 764,63		59 764,63
Outras entidades	893 332,44		893 332,44	1 362 803,83	51 093,47	1 413 897,30
Prestação de serviços	**26 651 028,09**		**26 651 028,09**	27 340 833,89		27 340 833,89
Partes relacionadas	5 054,47		5 054,47			
Outras entidades	26 645 973,62		26 645 973,62	27 340 833,89		27 340 833,89
Total	**27 560 033,34**		**27 560 033,34**	28 763 402,35	51 093,47	28 814 495,82

NOTA 22

Locação operacional

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os valores das rendas pagas reconhecidas como um gasto no período, decorrentes de contratos de locação operacional, foram os constantes no quadro seguinte:

	2020	2019
Veículos automóveis ligeiros de passageiros	49 656,43	55 207,99
Total	**49 656,43**	55 207,99

Os contratos de locação operacional relativos aos veículos ligeiros de passageiros têm a duração média de 36 meses, neles não se encontrando prevista a opção de compra dos bens afetos nem existindo cláusulas de renovação automática.

NOTA 23

Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2020 e de 2019, o detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como se segue:

	2020	2019
Subcontratos	**17 773 151,99**	19 571 922,21
Serviços especializados	**688 860,18**	776 080,53
Trabalhos especializados	565 861,82	595 924,78
Conservação e reparação	29 996,52	30 292,42
Serviços bancários	73 525,82	98 997,16
Outros de menor valor	19 476,02	50 866,17
Materiais	**46 837,82**	40 080,90
Material de escritório	18 734,96	15 138,97
Outros de menor valor	28 102,86	24 941,93
Energia e fluidos	**55 529,44**	63 901,27
Combustíveis	48 767,62	56 210,51
Outros de menor valor	6 761,82	7 690,76
Deslocações e transportes	**35 111,98**	70 404,94
Deslocações e estadas	34 842,98	62 839,22
Transportes de mercadorias	269,00	7 565,72
Serviços diversos	**339 112,00**	352 322,45
Rendas e alugueres	182 084,33	177 529,93
Seguros	51 872,40	53 115,97
Comunicação	40 493,91	37 217,47
Outros de menor valor	64 661,36	84 459,08
	18 938 603,41	20 874 712,30

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 24

Gastos com o pessoal

Em 2020 e 2019, os saldos da rubrica gastos com o pessoal analisam-se como se segue:

	2020	2019
Pessoal	**1 840 943,82**	1 546 977,04
Remunerações	1 357 799,01	1 150 440,48
Outros gastos	181 514,02	140 549,92
Encargos sociais	301 630,79	255 986,64
Outros gastos	**70 934,19**	75 526,53
Seguros	54 919,71	49 286,60
Outros gastos	16 014,48	26 239,93
Total	**1 911 878,01**	1 622 503,57

Nos exercícios de 2020 e de 2019, a Sociedade teve ao seu serviço, em média 44 e 41 empregados, respetivamente.

NOTA 25

Imparidades de dívidas a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos foram os seguintes:

	2020			2019		
	Perdas	Reversões	Total	Perdas	Reversões	Total
Clientes c/c	53 681,08		53 681,08			
Total	**53 681,08**		**53 681,08**			

NOTA 26

Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de outros rendimentos e ganhos dos exercícios de 2020 e 2019 é apresentado no seguinte quadro:

	2020	2019
Diferenças de câmbio favoráveis		102 907,18
Rendimentos suplementares	28 038,30	30 220,52
Restituição de impostos	15 278,27	
Alienações de ativos fixos tangíveis	6 000,00	
Outros	1 661,74	14 856,51
Total	**50 978,31**	147 984,21

NOTA 27

Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas dos exercícios de 2020 e 2019 é apresentado no seguinte quadro:

	2020	2019
Diferenças de câmbio desfavoráveis	190 620,54	56 924,97
Insuficiência de estimativa para impostos	18 906,49	21 670,38
Donativos	11 308,25	3 000,00
Impostos e taxas	9 564,44	6 821,05
Outros	5 421,20	3 454,75
Total	**235 820,92**	91 871,15

NOTA 28

Gastos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros dos exercícios de 2020 e 2019 é como se segue:

	2020	2019
Juros suportados de empréstimos bancários	11 466,89	4 175,45
Juros suportados de locações financeiras	419,89	526,00
Outros gastos financeiros	8 168,49	259,29
Total	**20 055,27**	4 960,74

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 29

Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no resultado líquido atribuível aos acionistas da **Vector Mais** e o número médio ponderado de ações em circulação, conforme segue:

	2020	2019
Resultado líquido do exercício	1 909 548,07	1 096 420,10
Número médio ponderado de acções em circulação	160 000,00	160 000,00
Resultado por acção básico	11,93	6,85

NOTA 30

Passivos e ativos contingentes

Responsabilidades por garantias prestadas

As garantias e avales prestados pela Sociedade a terceiros por responsabilidades assumidas são as seguintes:

	2020	2019
Garantias e cauções de boa execução prestadas a clientes	1 752 145,72	3 770 506,41
Avales para garantia de financiamentos	1 200 000,00	250 000,00
Total	2 952 145,72	4 020 506,41

NOTA 31

Eventos significativos: Covid-19

O surto da COVID-19 impactou em toda a economia e nas nossas atividades. No entanto, pese embora o elevado grau de incerteza e insuficiente conhecimento que possamos ter quanto ao desfecho final de toda esta situação, estamos convictos que com as medidas internas que adotámos, conseguiremos ultrapassar todas as dificuldades atuais, não estando por isso, de todo, posta em causa a continuidade da Entidade.

Relativamente ao período de 2020, apenas de destacar o seguinte aspeto derivado da pandemia e que teve reflexo nas demonstrações financeiras que se prende com a obtenção de um financiamento associado às medida COVID-19 no montante de 1,5 milhões de euros.

NOTA 31

Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

NOTA 32

Informações exigidas por diplomas legais

Inexistência de dívidas ao Estado

A Administração da **Vector Mais** informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Inexistência de dívidas à Segurança Social

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da **Vector Mais** perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Honorários pagos a Revisores Oficiais de Contas

Os Honorários pagos a Revisores Oficiais de Contas ascenderam, no ano de 2020, ao montante de 7.500 euros.

O Contabilista Certificado

A Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **VECTOR MAIS - PROJECTOS E OBRAS DE INTERIORES S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 14.446.689,78 euros e um total de capital próprio de 2.160.397,39 euros, incluindo um resultado líquido de 1.909.548,07 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **VECTOR MAIS - PROJECTOS E OBRAS DE INTERIORES S.A.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Os desenvolvimentos da Pandemia COVID-19 têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das organizações. Na nota 31 do anexo às demonstrações financeiras e no relatório de gestão são divulgados e relatados os principais impactos presentes e incertezas futuras resultantes da Pandemia COVID-19, estimados para a Entidade, com base na informação disponível à data, considerando o órgão de gestão, nesses termos, que a continuidade das operações estará assegurada.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de abril de 2021

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.
Registada na CMVM sob o n.º 20161443
Representada por Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da

VECTOR MAIS - PROJECTOS E OBRAS DE INTERIORES S.A.

Introdução

Nos termos da legislação em vigor, dos Estatutos da Entidade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório sobre a atividade por nós desenvolvida e o Parecer sobre os documentos de prestação de contas elaborado pelo Conselho de Administração da **VECTOR MAIS - PROJECTOS E OBRAS DE INTERIORES S.A.**, relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidade do órgão de fiscalização

A nossa responsabilidade consiste em realizar os procedimentos considerados necessários, e descritos verificar o cumprimento das disposições constantes no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais. Para tanto, o referido trabalho incluiu, com a periocidade e a extensão consideradas necessárias e aplicáveis, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento da evolução da atividade e da gestão da Entidade, através dos contactos mantidos com o Conselho de Administração da Entidade e com os demais serviços, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias, entendemos convenientes;
- Averiguámos a observância da lei e do cumprimento do contrato e estatutos da Entidade;
- Avaliação da eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno da Entidade, com a periocidade e extensão consideradas necessárias e aplicáveis;
- Verificação da regularidade dos seus registos contabilísticos, documentos que lhe servem de suporte;
- Acompanhamento do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como a revisão legal das contas;
- Exame às demonstrações financeiras anexas, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 14.446.689,78 euros e um total de capital próprio de 2.160.397,39 euros, incluindo um resultado líquido de 1.909.548,07 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas;
- Procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício em referência preparado pelo Conselho de Administração e da respetiva proposta de aplicação de resultados nele incluída.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

SROC125 PT
CPM&R
CASCAIS | PÊGA MAGRO | ROQUE

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e departamentos da Entidade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas por nós emitida, exprimimos a nossa concordância com os documentos de prestação de contas que nos foram apresentados, pelo que somos de parecer que a Assembleia Geral deve apreciar e poderá aprovar:

- o relatório de gestão e as demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020; e
- a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos serviços da Entidade o nosso apreço pela constante colaboração, que simplificou de forma significativa o exercício das funções do Fiscal Único.

Lisboa, 13 de abril de 2021

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.
Registada na CMVM sob o n.º 20161443
Representada por Domingos Fernandes Cascais, ROC nº 1265

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE
Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO
Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt

2